



Fortaleza: cidade fortificada e governo dos resíduos

Wellington Ricardo Nogueira Maciel 

Doutor, Professor do curso de graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Email: wellington.maciел@uece.br

Resumo

Nos últimos anos, diante do aumento dos índices de homicídios e da urbanização, uma linguagem bélica emergiu nos meios de comunicação e nas ciências sociais cearenses: “guerra às drogas”, “guerra ao crime”, “guerra de facções”, “guerra sem fim”, “guerra infinita”. No centro dessa guerra, uma cidade presumida. Ao observar as modulações por meio das quais as técnicas de governo têm gerido resíduos materiais, corpóreos e subjetivos ao longo de Fortaleza é possível falar em fortificação governamental da cidade. Este artigo apresenta as questões principais de uma agenda de pesquisas sobre o imaginário de uma cidade fortificada e o modo como o governo dos resíduos utiliza-se da fortificação como estratégia de gestão de populações e territórios nas margens urbanas.

Palavras-chave: Cidade; Imaginário; Fortificação; Governo; Resíduo.

Fortaleza: fortified city and government of residues

Abstract

In recent years, given the increase in homicide rates and urbanization, a warlike language has emerged in the media and social sciences in Ceará: “war on drugs”, “war on crime”, “war of factions”, “war without end”, “infinite war”. At the center of this war, a presumed city. When observing the modulations through which government techniques have managed material, corporeal and subjective waste throughout Fortaleza, it is possible to speak of the city's governmental fortification. This article presents the main questions of a research agenda on the imaginary of a fortified city and the way in which the government of residues uses fortification as a strategy for managing populations and territories on urban margins.

Keywords: City; Imaginary; Fortification; Government; Residue.

“A cidade é o resultado da guerra ou, pelo menos, da preparação para a guerra (...) Tudo isso é que irá suscitar a cidade fortificada” (PAUL VIRILIO, 1984, p.15).

Introdução

As palavras constituem ricas fontes de pesquisa sobre a cidade. Em vez de designar objetos que têm existência antes de serem nomeados, os léxicos urbanos são produtivos por refletirem dinâmicas sociais que se inscrevem simultaneamente na cidade e na linguagem (TOPALOV, BRESCIANI *et alí*, 2014; BRESCIANI, 2001). Fortaleza é um campo fértil nesse sentido. Se por forte ou fortaleza entende-se uma arquitetura militar projetada para a guerra defensiva, termo que alimenta seu imaginário de fundação, a cidade que cresce hoje recorda e nega esse passado mítico. Recorda, porque a *fortificação* (no sentido de ato de fortificar, de fortalecer) é uma marca do seu traçado urbano. Nega, porque já não é mais possível sustentar uma representação da cidade com base apenas no elemento arquitetônico.

Esse é ainda o caso, por exemplo, da obra *Arquitetura do Medo em Fortaleza* (ARAGÃO, 2021), que localiza em um “fragmento” da cidade (o “contínuo” entre os bairros ricos do Meireles e Aldeota), por meio da identificação de “dispositivos físicos de proteção” e “dispositivos de segurança” (muros, grades, câmeras de vigilância, seguranças armados), o protótipo arquitetônico da “subjetividade do medo” na cidade. Neste artigo, busca-se, não localizar, mas observar a extensão de dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008) por um vasto *meio tecnogeográfico* (SIMONDON, 2020; SANTOS, 2020) e a emergência de um imaginário específico que pressupõe a produção de *subjetividades fortificadas* para as tarefas do governo da cidade.

A despeito da denotação de força reportada à origem de Fortaleza, os fortes erguidos pelos colonizadores portugueses e holandeses no século XVII foram construções instáveis e frágeis na função para a qual aparentavam atender (a defesa contra ameaças vindas de fora) sendo objetos de constantes demolições ou reparos. A fortificação, portanto, mais que forte ou fortaleza (um todo já reunido ou pré-formado), informa, na história da cidade, processos de associações contínuas de coisas, humanos e materiais para sua defesa, proteção e segurança que precisam ser seguidos (LATOURET, 2012; LAW, 1992).

Assumindo a relevância desses pressupostos iniciais, este artigo investiga as questões principais de uma agenda de pesquisas sobre o imaginário de uma cidade fortificada e delinea o modo como o *governo dos resíduos* utiliza-se da fortificação como estratégia de gestão de populações e territórios nas margens urbanas. Por *governo dos resíduos* compreende-se o conjunto das técnicas sociopolíticas de gestão de espaços e vidas residuais (MACIEL, 2023), que envolve atores variados e espacialidades distintas ao longo de Fortaleza, em resposta às urgências atuais: aumento dos índices de homicídio e da urbanização e emergência das mudanças climáticas (BRAUN, 2014)¹.

¹ De modo geral, o maior número de homicídios está distribuído pelos bairros com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), embora de modo complexo, como demonstra Maciel (2023) no caso do bairro Jangurussu. No ano de 2020, conforme Borges (2021), os chamados Crimes Violentos Letais (CVLs) (homicídios, feminicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte) se concentram nos seguintes bairros: Canindezinho, Parque Presidente Vargas, Planalto Airton Sena, Conjunto Palmeiras, Jangurussu, Genibaú e Siqueira. Inversamente, os bairros com melhores IDHs apresentam os

Por se tratar de uma importante cidade do Nordeste brasileiro, a noção de meio é entendida não mais no registro das políticas voltadas para o semiárido ou de promoção do turismo, mas, seguindo Michel Foucault (2008), como espaço aberto para a gestão dos fluxos de resíduos materiais, corpóreos e subjetivos, cuja principal tarefa é a fortificação governamental da cidade.

Com início em pesquisa de campo conduzida no segundo semestre de 2019, tem-se percorrido espacialidades por entre escalas variadas nas margens urbanas² e observado a emergência de um conjunto múltiplo e não linear de técnicas de governo (programas, projetos, planos, atlas, arquiteturas, dispositivos eletrônicos, digitais, jornalísticos, jurídicos, administrativos) em um contexto de crescimento de Fortaleza.

A partir de Tim Ingold (2022; 2015), Gilles Deleuze (2020), Bruno Latour (2012), John Law (1992) e Michel Foucault (2008), entende-se a *fortificação* como linhas de crescimento, redes sociotécnicas, agenciamentos maquínicos entre forças e materiais e técnicas de governo. Como recurso metodológico, tem-se trabalhado com a noção de cartografia³ a fim de mapear o dispositivo (FOUCAULT, 2010b) de gestão de espaços e vidas residuais. Optou-se também por mobilizar a noção foucaultiana de economia de poder na medida em que resíduos materiais, corpóreos e subjetivos têm sido reforçados para a gestão da cidade.

É significativa a esse respeito a maneira como Michel Foucault desloca a ideia de guerra que o ocupou durante um curto período de tempo (FOUCAULT, 2010a) e a substitui, nos cursos que ele segue até o fim de sua vida, pela noção mais complexa de governo dos homens, das coisas, dos vivos, das condutas, de si e dos outros (FOUCAULT, 2008). Esse movimento do enfoque foucaultiano será fundamental para caracterizar, nas considerações finais, o que se denomina *fortificação governamental da cidade* a partir de Fortaleza.

Com base nessa *abordagem cartográfica e governamental da fortificação* algumas questões vêm se impondo a esta agenda de pesquisas: com quais técnicas de governo se empreende a fortificação da cidade? Qual o papel do imaginário urbano nesse processo? Como as cidades renascem nas guerras e nos conflitos que travam quando precisam gerir populações e territórios? O que significa, para uma cidade, ter “cidadãos fortes” e não “escravos”⁴? Como ler os fortes, fortalezas e fortificações não apenas na chave da inércia versus velocidade, como faz Paul Virilio (1996), mas também no registro das *linhas*

menores índices de homicídios: Meireles, Aldeota, Mucuripe, Varjota e Praia de Iracema. Do ponto de vista da urbanização, Fortaleza aumentou, entre 2005 e 2015, em quase 50% sua área construída, indo de 264,80 para 397,05 km². Atualmente, a cidade conta com uma população de 2.428.678 pessoas (G1, 2023).

² Tratam-se do Instituto Penal Professor Olavo Oliveira (IPPOO I), dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCAs), das torres das Células de Proteção Comunitária, do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), de praças e parques urbanos além das Casas de Privação Provisória de Liberdade (CPPLs) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

³ De acordo com Eduardo Simonini (2019), a cartografia não consiste na tarefa de representar a realidade. Sua proposta é a de seguir linhas, que, em seu tramar, compõe mundos imanentes. As linhas que se conectam formam, assim, um mapa singular das conexões que é preciso cartografar a cada momento.

⁴ Desde 2020, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS) promove uma competição esportiva denominada Desafio Raça de Fortes, que envolve policiais militares, além de outras corporações militares, como bombeiros e policiais penais (antigos agentes penitenciários). Desde 2021, a mesma secretaria tem republicado, por ocasião do aniversário da cidade (13 de abril), um conteúdo próprio que associa as origens da Polícia Militar e a cidade de Fortaleza. Eis um trecho, de autoria do Coronel da PM Marcos Aurélio: “O fortalezense era um militar sem farda. Com o passar do tempo, esses fortalezenses passaram a pertencer a instituições militarizadas (...) O que queremos dizer é que Fortaleza é um forte em que seus cidadãos são habilitados para a defesa da sociedade. A Polícia Militar foi e ainda é essencialmente composta por fortalezenses, essa raça de fortes, povo de bravos, como o nosso hino diz.” O lema do hino oficial da PM (“Raça de fortes, povo de bravos”) é facilmente observado na entrada do prédio principal do comando da PM, nas proximidades da Base Aérea de Fortaleza e nos edifícios dos batalhões motorizados do Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO) na capital, na RMF e em cidades do interior.

de fortificação? Qual a importância de trazer a fortaleza “de volta à vida” (Tim Ingold, 2015)? E, por último, o que o caso fortalezense sugere sobre o tema do monopólio do uso da força pelo Estado, discussão cara às ciências sociais brasileiras?

Um genealogista da fortificação da cidade: questões de método

A proposta de uma abordagem genealógica da fortificação encontra inspiração na genealogia do poder de Foucault e na sociologia da cidade (FORTUNA, 2020). Em seus escritos, o filósofo francês propõe substituir a “pesquisa da origem” pela história do presente. É com a finalidade de abrir o passado que se busca fugir do tema da essência da coisa, sua pretensa identidade última, sua forma imóvel, e apresentá-lo como múltiplo, permeado de acontecimentos singulares e perdidos. A genealogia emerge, assim, como um empreendimento intelectual dissociativo, paródico e disruptivo (FOUCAULT, 2010b).

Nesse sentido, para o genealogista, “a verdade das coisas se liga a uma verdade do discurso que logo a obscurece” (FOUCAULT, 2010b, p.18-19). É aí onde entra o recurso à história com a finalidade de registrar seus abalos e surpresas, “um conjunto de falhas”. Ao olhar para a história, o genealogista se depara, na verdade, com fissuras e a exterioridade do acidente. Ele não funda, mas agita o que parecia imóvel, fragmenta o que supunha unido, por fim, “ele mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo” (FOUCAULT, 2010b, p.21).

A atenção do genealogista se volta, dessa maneira, para a emergência dos acontecimentos, “o ponto de surgimento”. E o mais importante, a emergência se produz em um dado estado das forças, que lutam umas contra as outras. Para Foucault,

se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas não têm essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (...) O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate (FOUCAULT, 2010b, p.17-18).

Aí reside, em um primeiro olhar, a complementaridade que a imaginação simbólica pode emprestar ao genealogista da fortificação quando este descobre que “o significado não é de modo algum apresentável e o signo só pode referir-se a um sentido e não a uma coisa sensível”⁵ (DURANT, 1993, p.10). É assim também que Calvino (2021) fornece, em uma das passagens mais emblemáticas do seu *As Cidades Invisíveis*, um importante fio condutor de leitura das cidades imaginárias, aquelas construídas como um quebra-cabeça. Apenas essas cidades permitem que seus elementos sejam reunidos a partir de uma perspectiva, uma linguagem, um enigma, um discurso.

Que coisas estão escondidas nas coisas? O que uma fortificação pode revelar sobre uma cidade? A data oficial de fundação de Fortaleza é 13 de abril de 1726, ano em que foi instalada a Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. A emancipação do Ceará, que estava subordinado a Pernambuco desde

⁵ Esse é o erro que leva Liberal de Castro (2012) a restringir a fortificação à forma arquitetônica e à sua “função simbólica”.

1656, ocorreu em 1799, também por Carta Régia. Oficialmente, só após esse ato, a então cidade *da* Fortaleza inicia sua vida coletiva. Com base nos relatos de Henry Koster (2003), presentes no livro *Viagens ao Nordeste do Brasil*, a pobre “vila” contava, por volta do ano de 1810, com cerca de 1.200 habitantes, poucas ruas, casas e edifícios.

Na ocasião, o viajante inglês observou que

a Vila de Fortaleza do Ceará é edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas, partindo da praça e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão (...) Os moradores devem ser uns mil e duzentos. A fortaleza, de onde esta Vila recebe a denominação, fica sobre uma colina de areia, próxima às moradas, e consiste num baluarte de areia ou terra, para o lado da Vila. Contém quatro peças de canhão, de vários calibres, apontados para muitas direções. Notei que a peça de maior força estava voltada para a Vila. A que estava voltada para o mar, não tinha calibre suficiente para atingir um navio no ancoradouro comum (KOSTER, 2003, p.164-165).

Segundo Koster (2003), o *governo do forte* estava limitado em suas técnicas de fortificação ao alcance do canhão, daí sua força reduzida. O mesmo já não ocorre com o governo da cidade contemporânea. Conforme o caso de Fortaleza, a *fortificação governamental da cidade* utiliza-se de técnicas do governo à distância (MILLER, ROSE, 2012), sem limites de alcance, que requer uma leitura renovada da fortificação com base na noção de redes sociotécnicas (LATOURE, 2012; LAW, 1992; CALLON, 2013; SANTOS, 2020).⁶

A leitura da fortificação feita a partir da linguagem da militarização e da guerra deixa de fora um importante campo de pesquisas sobre as técnicas do governo da cidade. Isso ocorre com Stephen Graham (2016) ao defender sua tese do “novo urbanismo militar” ante o “urbanismo do antigo militarismo”⁷. A fortificação aparece restringida no seu crescimento, imóvel e subsumida pelo Estado europeu nascente:

Olhando para as paisagens urbanas de Dubai, é fácil esquecer que muitas cidades do mundo surgiram, pelo menos em parte, como construções militares. A história da concepção, construção e ocupação dos espaços urbanos não pode ser contada sem levar em consideração o papel central deles como locais primordiais de poder e controle militar. Nos tempos pré-modernos e no início da modernidade, cidades e cidades-Estado eram os agentes primários, bem como os principais alvos, da guerra. A pilhagem de cidades fortificadas, junto com o assassinato de seus habitantes, era o evento central da guerra (...) Nos séculos XVI e XVII, os Estados-nação europeus modernos que emergiam - ‘repositórios de poder cercados’ dentro dos

⁶ Foucault (2008) observa que a partir dos séculos XVII e XVIII na Europa e, em particular, na França, a cidade é resituada “num espaço de circulação”, na medida em que “a especificidade jurídica da cidade colocava um problema de difícil solução” para a “massa de problemas ligados ao desenvolvimento dos Estados administrativos”, incluindo os de natureza militar. Ele se refere ao encerramento da urbe no interior das muralhas, daí o seu “desencravamento espacial, jurídico, administrativo, econômico” desde então (FOUCAULT, 2008, p.17).

⁷ Já Antonio Gramsci (2000) incorpora a linguagem da fortificação em suas teses sobre o conflito político-militar em que atuam as classes sociais na “guerra de posições”. No Ocidente, afirma Gramsci (2000, p.261), o Estado “é uma trincheira avançada”, seguida por “uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (sociedade civil). Ele constata ainda que “a estrutura maciça das democracias modernas (...) constitui para a arte política algo similar às ‘trincheiras’ e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posições” (GRAMSCI, 2000, p.24). Essa guerra requer, por fim, “um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil” (GRAMSCI, 2000, p.262).

primeiros sistemas de capitalismo imperial global - começaram a buscar um monopólio da violência política. “Os Estados alcançaram o avanço das cidades como agentes da guerra” (GRAHAM, 2016, p.160).

Desde sua fundação, lembra Barbara Freitag (2002), a cidade e sua representação estariam caracterizando “duas tendências contrárias da civilização humana: a expansão para além de suas fronteiras (cruz/grade) e a defesa com muralhas fortificadas (círculo/muros)”. Para ela, a cidade expressa, ao mesmo tempo, “construção e expansão versus a destruição e a delimitação” (FREITAG, 2002, p.174).

Em sentido semelhante, Lewis Mumford (1998, p.108) observa que “para definir a cidade, deve-se procurar seu núcleo organizador, traçar suas fronteiras, *seguir suas linhas de força social*, estabelecer seus centros subsidiários de associação e comunicação e analisar a diferenciação e integração de seus grupos e instituições.” Em outra passagem, Mumford recorda que a “arte da fortificação” alterou a “arte de governar” e a “arte da guerra” (MUNFORD, 1998, p.392-393 [Grifos meus]), portanto, a própria cidade.⁸

Na sua conhecida tipologia das cidades, Max Weber (2009) assegurou que as verdadeiras cidades teriam surgido apenas na Europa, devido à reunião de algumas características que lhe eram típicas: centros do poder ilegítimo, centros que criam sistemas de impostos, centros que se transformam em mercados e centros que elaboram suas próprias leis (FREITAG, 2006; BOURDIEU, 2014; BRAUDEL, 1995). Sobressai em Weber a dependência da fortificação à linguagem do poder e do monopólio da violência pelo Estado⁹.

Como ressalta Freitag (2006), isso se dá porque Weber constrói sua tipologia das cidades vinculada à tipologia das formas de dominação legítima. Daí a cidade só poder ter surgido no Ocidente como poder ilegítimo. Uma hipótese a ser levantada a partir dessa ideia está em saber como as cidades contemporâneas produzem sua legitimidade de outra forma, segundo *uma fortificação por linhas*, que não mais as limitam no tempo e no espaço, como parece sugerir o tipo de fortificação com base na noção do monopólio da violência e da força pelo Estado, função para a qual cabia à cidade cumprir.

Não custa lembrar que esse segundo tipo (o monopólio da violência e da força) nunca se concretizou em lugar nenhum, como bem recordam Norbert Elias (1993) e Anthony Giddens (2008), mas, em todo caso, o monopólio legítimo do uso da força alcançado pelo Estado em um dado território sempre esteve colocado como parâmetro de comparação sobre a natureza dos Estados. Veja-se, por exemplo, como Michel Misse (2008) segue esse raciocínio ao tratar da acumulação da violência no Rio de Janeiro.

O problema é que, no Brasil, o Estado nunca conseguiu ter completamente o monopólio do uso legítimo da violência, nem foi capaz de oferecer igualmente a todos os cidadãos acesso judicial à resolução de conflitos. O que significa que o Estado brasileiro não deteve, em nenhum momento completamente, a capacidade de ter o monopólio do uso da força em todo o

⁸ A atualidade do fenômeno da fortificação pode ser observada em outros contextos no presente. Vejam-se, a título de exemplo, como as atuais guerras envolvendo Rússia e Ucrânia e o Estado de Israel e o grupo de luta anti-colonial Hamas são antecipadas pela construção de sistemas de fortificação. No primeiro caso, após um ano de guerra (2022-2023), a contraofensiva russa se vale de linhas de fortificação (“dentes de dragão”, “trincheiras antitanques” e “bunkers”) ao longo de 25 km de litoral no front ucraniano. No segundo, desde outubro de 2023, um Estado fortificado declara guerra total contra a Faixa de Gaza.

⁹ Além desses, outro componente (as muralhas) levou Weber (2009) a definir a cidade como uma fortificação, uma cidade dotada de uma vida intramuros, com autonomia, onde se ascende da falta de liberdade a liberdade.

território, nem o de ser capaz de transferir para si a administração plena da justiça. Ao dizer isso, eu estou afirmando que sempre restaram espaços e, portanto, sempre restou uma incompletude no processo de modernização do país, que atingiu tanto o Estado quanto a sociedade, e que é, em parte, responsável pelos efeitos de violência que nós estamos assistindo hoje (MISSE, 2008, p.374).

Estudos no âmbito da antropologia do Estado e de suas margens têm levantado importantes questões que problematizam essa pretensão do monopólio da violência e da força cujo fim é sempre o Estado. Uma das vertentes mais importantes desses estudos é aquela proposta por Foucault sobre a governamentalização do Estado. Em vez de uma racionalidade burocrática linear que pressupõe um dentro e um fora ao Estado, a governamentalização ressalta a espacialização das práticas estatais (FERGUSON, GUPTA, 2002) e o modo como o Estado refaz permanentemente seus protocolos quando precisa gerir populações e territórios nas margens (DAS, POOLE, 2004).

É assim que, nos seus estudos sobre a razão de Estado, Foucault (2008) argumenta que o Estado é aquilo que existe e aquilo que ainda não existe de modo suficiente, sendo, portanto, necessária uma “arte de governar”, uma prática de racionalização, para incrementar todas as suas forças potenciais, que se situa entre um Estado apresentado como dado e um Estado a ser construído. Nesse sentido, o Estado deve passar a ser “forte” para que não possa ser destruído por qualquer força e de qualquer maneira (CASTIANO, 2018, p.122).¹⁰

O imaginário de uma cidade fortificada: as técnicas do governo do forte

É nos estudos sobre a arte das fortificações de origem portuguesa durante o período colonial no Brasil (RUSSEL-WOOD, 2017; BUENO; 2012; JUCÁ NETO, 2021; 2007; CASTRO, 2012) onde parecem residir as aberturas principais para a compreensão da fortificação como uma rede sociotécnica e núcleo de um imaginário urbano peculiar que se forma no emaranhado dos trabalhos de fortificação, ponto onde se situa Fortaleza.

É importante, todavia, evitar a reprodução de uma dupla imagem bastante divulgada sobre esse período para que a fortificação não desapareça de vista, no presente. Uma, que exalta os “traços” ainda visíveis de uma “portugalidade” como “expressão material da cultura artística portuguesa” no mundo e situa essa origem no “espaço Imperial” dos séculos XVII e XVIII, em estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Ceará (ROSSA, 2002).

Walter Rossa (2002) localiza essa “expressão” precisamente durante a “fronteira interna do espaço português da expansão”, delineada após a Restauração, através do trabalho dos engenheiros

¹⁰ A nomeação de Mauro Albuquerque em janeiro de 2019 para o cargo de secretário estadual da recém-criada Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização (SAP) ocasionou vários ataques de organizações criminosas a órgãos do Estado, como delegacias de polícia, prédios e transporte público na capital, nas cidades RMF e do interior em retaliação. Em resposta, o governo do estado do Ceará solicitou intervenção federal (a chamada Garantia da Lei e da Ordem - GLO) na segurança pública com o envio da Força Nacional. Conforme a reportagem da Revista IstoÉ (2019) (“Começa a linha dura contra o crime”), o “reforço” ao Ceará autorizado pelo então ministro da justiça Sérgio Moro envolveu 400 agentes de segurança de modo a “compensar suas vulnerabilidades.” Já para o caso do Rio de Janeiro, a GLO de 2018 incorporou a lógica da guerra (MAGALHÃES, 2021).

militares formados no curso *Aula de Fortificação de Lisboa* em 1647, “seu acto fundador”, inicialmente sob o magistério de Luís Serrão Pimentel e continuado após sua morte por Manoel de Azevedo Fortes.¹¹

Outra, que remonta aos escritos de Gilberto Freyre (2010) e à sua tese do luso-tropicalismo. Algumas formas estilísticas são características da escrita do sociólogo pernambucano acerca do “mundo que o português criou”: “arte de sabor português”, “traços portugueses”, “força criadora do português”. A “arte” que emerge da sua sociologia, seja ela religiosa, militar, seja das casas-grandes, leva Freyre a visualizar o seu “*amolecimento*, em que se abrasileiraram, com vantagens para a melhor adaptação do elemento europeu ao meio físico e ao ambiente social dos trópicos.” Se antes o traço segue um “itinerário que não é geográfico, mas metodológico” (ROSSA, 2002, p.173), com Freyre, ele se transforma em “traço de doçura brasileira de linhas” (FREYRE, 2010, p.66).

Os riscos e traços que emergem dos canteiros de obras de fortificação do período colonial, na verdade, permitem inferir que os engenheiros militares, os “mestres da fortificação” ou “mestres de ofício” (BUENO, 2012), estavam em constante mobilidade espacial, assim como as técnicas utilizadas participavam ativamente de uma complexa cadeia de produção das edificações, sejam religiosas, sejam laicas, como as fortalezas militares.¹²

Mestres e técnicas em redes de circulação participavam, portanto, de uma complexa divisão do trabalho envolvendo práticas, saberes e materiais em constante fluxo e auto-organização, como “telhas, tijolos, areias e madeiras”, mas também “machados e foices” (BUENO, 2012). O governador e o provedor-mor remetiam a obra ao Conselho Ultramarino, em Lisboa, que se encarregava da aprovação. Como observa Bueno (2012), muitos estudos sobre esse período pautaram-se na noção de “gênio criador”, outra imagem que não dá conta da riqueza das situações, como os casos envolvendo desvio de materiais dos canteiros ou mudanças de traços, riscos e concepções das obras, fatos citados pela autora envolvendo Manoel de Azevedo Fortes em 1729.

Essa leitura renovada sobre a cadeia produtiva da fortificação é melhor compreendida com os argumentos de Russell-Wood (2017), que sugere um “mundo português interconectado” a partir dos movimentos de técnicas, ideias e formas, ligando a Capitania do Ceará ao restante do reino, como reforça Jucá Neto (2021, p.3). Durante os séculos XVII e XVIII, um vasto meio, “o sertão”¹³, se constitui em “zona de trânsito” entre as duas principais correntes de povoamento no Brasil, a região sudeste ou de São Luís e de Belém em direção às fronteiras com a América Espanhola (JUCÁ NETO, 2007). A

¹¹ Observem-se como as linhas de fortificação de Rossa (2002) estão limitadas no seu crescimento à noção de cultura material, o que remete ao hilemorfismo ocidental denunciado por Simondon (2020): “Na realidade, nos lugares onde já não se fala qualquer língua das línguas ibéricas e onde as respectivas marcas culturais se tornam cada vez mais indecifráveis, ainda hoje encontramos abandonadas ou reconvertidas, arruinadas ou orgulhosamente renovadas, secções de sistemas fortificados que persistem em testemunhar a presença e as intenções de quem os ergueu” (ROSSA, 2022, p.173). Para uma leitura alternativa à cultura material, presente também em Silva Filho (2004), que restringe a fortificação ao modelo do “enclave fortificado” (CALDEIRA, 2003) e à “Fortaleza LA” (DAVIS, 2009), cf. Ingold (2015), para quem o que existe na realidade são fluxos de forças e materiais a tramarem linhas de crescimento.

¹² Sobre a móvel divisão do trabalho coletivo de fortificação da cidade, conferir trecho do relato de Matias Beck (1903, p.352-353) na ocasião em que esteve no Ceará no ano de 1649.

¹³ Após cobrir a chamada Guerra de Canudos, em 1897, na Bahia, Euclides da Cunha (2016) publicará em 1902, no auge do determinismo geográfico e biológico no Brasil, um dos relatos imagéticos mais duradouros no país sobre o “sertão”. Em um dos trechos mais conhecidos do livro, ele afirma: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral (...) É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos” (CUNHA, 2016, p.141). Para Albuquerque Júnior (2001, p.53), Os Sertões é um marco da produção nacional, tropical e naturalista de fazer “uma literatura fiel à descrição do meio”. O livro esboça “os elementos com que vai ser pensado o problema da questão de nossa identidade nacional.” Sobre a representação da chamada literatura regionalista no Ceará cf. Queiroz (2023) e Teófilo (2011).

peculiaridade da interconexão de engenheiros, técnicas e o ultramarino impactou o modo como o território cearense foi sendo delineado.

O território, lembra Jucá Neto (2007), já “não se pautava na distância alcançada pelo ‘tiro de canhão’, tal como os espanhóis queriam reconhecer a soberania portuguesa, ou seja, como se o território conquistado correspondesse à área adstrita à defesa de suas fortalezas.” É assim que o delimitar do território acompanha o circuito de mobilidade dos engenheiros, das técnicas e materiais em fluxo, portanto, da fortificação em rede, problematizando os limites espaciais e temporais das técnicas do governo do forte.

A estratégia foi então a criação de vilas que dessem continuidade territorial ligando o litoral, os sertões e as regiões de fronteira. Assim, entende-se que a noção de “rede urbana”, “rede dendrítica” ou “rede de cidades” (DANTAS, 2006) soa limitadora no sentido de fazer com que o trabalho coletivo de fortificação não desapareça de vista, devendo ser seguido, desdobrando-se, como recomenda John Law (1992).

Embora as vilas criadas se localizassem em pontos estratégicos dos “caminhos das boiadas” e das “estradas dos vaqueiros”, facilitando o trabalho de colonização e comunicação entre as cidades, do interior ao litoral, havia um incômodo acerca da “quase ausência de técnicos (...) e de instrumentos que viabilizassem a delimitação dos termos das vilas, a implantação dos núcleos, a construção das casas de câmara e cadeia ou que atribuíssem ao forte da vila de Fortaleza outra imagem que não fosse a de ruína” (JUCÁ NETO, 2007, p.269).

É assim que a “organização espacial dos espaços semiáridos”, considerada na chave analítica da rede urbana ou rede de cidades, como faz Eustógio Dantas (2006), encontra limitação no alcance explicativo para o entendimento da fortificação como uma rede sociotécnica. Para Dantas (2006), a cidade permanece presa à sua aparente função defensiva, que nunca se cumpriu.¹⁴

A inércia evocada anteriormente dá origem a Fortaleza, cidade construída ao lado do Forte Schoonenborch. Em oposição ao modelo clássico de constituição de cidades litorâneas dos países em via de desenvolvimento (que se voltam para o interior, convidando-o a se abrir), Fortaleza permanece prisioneira do litoral (DANTAS, 2006, p.152).

Em sentido semelhante, Felipe Neto (2010, p.22-23) fica restrito à mesma avaliação ao olhar não muito “além dos muros do forte”. Para ele,

assimilando o nome da construção de fins militares, Fortaleza é a única representação de surgimento de cidade por conta da estratégia de proteção do território e essa condicionante não favorece a existência de movimento de ocupação do interior, a partir do litoral, por não ter sido para este fim que a cidadela fora pensada (FELIPE NETO, 2010, p.22-23).

¹⁴ Distinto é o caso do Rio de Janeiro, que desde o século XVIII, se constitui na “principal fonte das riquezas lusitanas (...) umas das mais ricas e importantes cidades do Brasil” (BICALHO, 2003, p.43). Daí, diferentemente de Fortaleza, o sistema de fortes e fortalezas ser considerado modelo nos projetos de colonização da cidade e do restante do país. Esse cenário é que explica o circuito intenso de mobilidades de soldados e materiais e as regulares obras de reparo em direção ao Rio de Janeiro. A persistência dessa realidade bélica certamente tem conduzido os pesquisadores cariocas a olhar o Rio de Janeiro como o lugar por excelência da guerra colonial brasileira e propor a guerra - não mais como metáfora - como modo de governo em favelas (MAGALHÃES, 2021; LEITE, 2012).

É curioso constatar que desde João Brígido (1979; 2001) e sua *A Fortaleza de 1810*, publicada originalmente em 1882, várias obras de referência sobre a história da cidade (STUDART, 2001; STUDART FILHO, 1929; BEZERRA DE MENEZES, 1992; MENEZES, 2015; AZEVEDO, 1992; GIRÃO, 1961; 1979) têm se constituído fontes importantes, não de uma “representação”, mas de um conjunto de imagens que reportam às relações entre fortificação e cidade, funcionando como “visões literárias do urbano” (PESAVENTO, 2002).

Vejam-se, a título de exemplos, dois registros da riqueza poética dessas imagens literárias: o primeiro consta em uma das estruturas internas da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, reportado ao escritor Paulino Nogueira; o segundo é um soneto de Dolor Barreira (1948):

Anno de 1817/As naus escarneciam de mim quando eu era um monte informe; agora que sou uma grande fortaleza, de longe tomam-se de respeito. Aqui, reinando João VI, Sampaio me fundou bela: o engenho de Paulet resplandece. Os donativos dos cidadãos me tornam forte pelas muralhas e os dispêndios reais me fazem forte pelas armas/Costa Barros Fez.

Ao aumento da Vila da Fortaleza/Vai ó Fama, por toda a redondeza/Publicando por suas bocas cento/Do Ceará que foi pobre o muito aumento/A grande exportação, suma riqueza/Dize que já se vê fausto e grandeza/Na sua Capital do Chefe assento/Que polícia já tem/Tem luzimento/E tem o que não tinha, Fortaleza/Dize que do Governo a alta mente/Essas obras brotou assaz louvadas/Por todos, sim, por todos geralmente/Erários novos, rampas e calçadas/Aterro, Chafariz, aula excelente/Novas ruas, muralhas elevadas (BARREIRA, 1948, p.183).

Esse conjunto de textos, ao falar das coisas que o tempo *não* levou (MENEZES, 2015), veicula, portanto, um *eidós*, um modo de instituição imaginária (CASTORIADIS, 2000) de Fortaleza em constante trama com sua materialidade, que encontra uma boa síntese na feliz expressão de Raimundo Girão (1961; 1979), “o governo do forte”, ao se referir às linhas, aos traços dos “riscos da fortificação” e aos “fatores geográficos” que desenham a cidade desde sempre.

A fortificação como uma rede sociotécnica

Essas leituras convidam a repensar a cidade contemporânea em outro registro, como dobras (DELEUZE, 2020), linhas (INGOLD, 2022) e redes (LATOUR, 2012) de fortificação, que se estendem indefinidamente em direções múltiplas de crescimento, em um plano de imanência pressuposto, tendo a urbe ainda como destino das promessas de liberdade. Esse parece ser o ponto onde se situa a atualidade do debate aberto por Weber (2009) e desdobrado por Foucault (2008) que precisa ser enfrentado a propósito de Fortaleza.

Um olhar atento às linhas de fortificação permite observar acontecimentos, onde sentido e coisa emergem simultaneamente em um campo de forças e materiais a tramarem mundos (SIMONINI, 2019; LAW, 1992; CALLON, 2013). Law (1992) sugere, assim, interpretar os agregados ou actantes, nas palavras de Latour (2012), como redes de materiais heterogêneos, através das quais o conhecimento emerge como uma questão material, em uma trama perpétua entre humanos e não humanos.

A partir de Cornelius Castoriadis (2000), alarga-se essa compreensão de “conhecimento”, que pode soar excessivamente racional e lógica, com a noção de “instituição imaginária da sociedade”, para a qual

não há articulação do social dado em definitivo, nem em superfície, nem em profundidade, nem realmente, nem abstratamente; esta articulação tanto quanto às partes que ela coloca, como quanto às relações que estabelece entre essas partes, como entre partes e todo, é, de cada vez uma criação da sociedade considerada. E esta criação é ontológica, é posição de um eidos: porque o que é assim colocado, estabelecido, instituído, cada vez, certamente sempre trazido pela materialidade concreta dos atos e das coisas, ultrapassa esta materialidade concreta e todo isto particular, é tipo que permite uma reprodução indefinida de suas instâncias, as quais só são em geral e só são o que são, enquanto instâncias desse tipo (CASTORIADIS, 2000, p.215).

A tarefa da sociologia é, portanto, caracterizar essa heterogeneidade tanto a partir de atores pontuais que se formam (fortes, fortalezas, por exemplo) como através do ordenamento instituído pela rede que flui no tempo e no espaço com a criação de *linhas imaginárias de fortificação*. É assim que a fortificação como uma rede sociotécnica abre um lastro de possibilidades para novas leituras da cidade contemporânea, conectando seu passado, presente e futuro. Dessa maneira, a rede tecida por essas associações é melhor acompanhada quando vista como um verbo (fortificar), um processo, algo incerto, de superar resistências, afirma Law (1992).

A fortificação como uma rede sociotécnica permite outros olhares sobre a quimera das origens. Alguns estudos têm possibilitado abrir a fortificação a partir desse entendimento. Francisco Lobo (1989, p.273), por exemplo, recorda que as “campanhas napoleônicas” do século XIX “trazem uma revolução na forma de fazer a guerra”. Aos poucos, devido aos exércitos numerosos, “a fortificação deixa de estar no centro das atenções”, entendida como fortificação permanente, sistema logístico pesado (LOBO, 1989, p.273; VIRILLIO, 1996).

Para Lobo (1989, p.273), “estão, pois, criadas as condições para o desenvolvimento em poucas décadas de outro tipo de fortificação”. Paradoxalmente, são vários os tipos de fortificação elencados pelo autor que surgem desde fins do século tendo por referência empírica as colônias portuguesas, a Primeira Guerra Mundial e os “campos entrincheirados de Lisboa”: “linhas de defesa”, “linhas de fortificação”, “linhas de redutos”, “fortificação de campanha”, “trabalhos de fortificação”, “obras de fortificação”, “linhas de resistência”, “esforço das trincheiras”.¹⁵

Nesse novo cenário, “é todo o território que subitamente adquire valor. Interessa conferir rapidamente proteção a grandes massas de humanos. O ondulado e as dobras do terreno, os rios, as florestas assumem novo significado militar” (LOBO, 1989, p.304-305). A cidade que sobressai dessa leitura é uma trama de pontos fortes e fracos em um campo aberto (CALLON, 2013), que se conectam, que emergem a cada momento em Fortaleza na forma de um imaginário peculiar e que apenas uma visão renovada da fortificação permite mapear, construir.

A emergência do território como objeto da fortificação é, assim, um mote interessante para a operacionalização desta agenda de pesquisas, pois o campo aberto sobre o qual se inscreve a fortificação

¹⁵ Segundo Lobo (1989), com a Primeira Guerra Mundial, a “fortificação permanente, tal como era concebida na época, havia claudicado perante o efeito arrasador das granadas perfurantes da artilharia, especialmente concebidas para o efeito.” O fato das novas fortificações “disputar o terreno palmo a palmo”, faz dessas posições defensivas “um traçado sempre em linhas quebradas” (LOBO, 1989, p.304-305).

em um país como o Brasil é um meio, que ultrapassa o fenômeno da guerra, no sentido de Foucault (2008). Em outras palavras, o meio é um ambiente construído para a “gestão de séries abertas”, de acontecimentos, do aleatório ou de elementos possíveis de serem governados, cuja materialidade é fornecida, em Fortaleza, pelos espaços e vidas residuais (MACIEL, 2023).

É assim que se forma no país, desde o sistema colonial, um *meio residual*.¹⁶ Segundo Caio Prado Jr. (2011, p.303), os “resíduos sociais inaproveitáveis”, ou seja, “todo aquele que se conserva fora daquele estreito círculo traçado pela grande lavoura”, são produzidos periodicamente, por ciclos econômicos que se alternam entre “prosperidade e ruína”. Florestan Fernandes (2008, p.62) lembra, ao tratar do “negro e do mulato”, que a abertura ocorrida com a “desintegração da sociedade estamental e das castas não os favoreceu, pois eles se convertem, rapidamente, em elementos residuais do sistema social.” Carolina de Jesus (2014), uma das primeiras testemunhas de uma vida residual na ordem social competitiva, moradora da favela Canindé, na São Paulo da década de 1950, que daria lugar à Marginal Tietê, registrou em seu diário os percalços da favela como quarto de despejo da cidade.

Não seria exagero afirmar, nesse sentido, que o estado do Ceará se constitui no período colonial em um grande meio residual, que aos poucos entra no raio de ação das políticas governamentais (OLIVEIRA, 2008). As razões de Fortaleza (LEMENHE, 1991) só podem ser compreendidas a partir do momento em que, com a independência do Ceará, a cidade é favorecida com a canalização das rotas comerciais e das mercadorias, aliada ao desenvolvimento técnico a partir da construção da estrada de ferro em meados do século XIX, com o ambiente de crescimento econômico estimulado pela produção do algodão e com a política centralizadora do período regencial no Brasil em resposta aos movimentos separatistas ou liberais.

Aos poucos, Fortaleza cresce em obras e se aformoseia, abrindo-se a cidade para o interior após décadas de reforma urbana e controle social, no período conhecido como Fortaleza belle époque (1860-1930) (PONTE, 2001). À medida que cresce a produção algodoeira do Ceará, a capital foi consolidando sua função centralizadora. As rodovias e, principalmente, as estradas de ferro provocaram a extensão das linhas de tráfego com destino aos portos de Fortaleza e Camocim, na região norte do estado.

Com a intensificação das relações da capital com as cidades do interior do estado, formaram-se, ao longo das linhas de ferro, indústrias e oficinas de reparos nos vagões das ferrovias, ocasionando a fixação da mão-de-obra nela empregada. E através das secas (1877, 1915 e 1932, por exemplo), que sempre assolaram o estado, constituíram-se também as favelas, formadas, inicialmente, pelas massas de retirantes que procuravam Fortaleza em busca de melhores condições de vida. Esses processos deram origem às comunidades pobres e favelas ao longo da extensão das linhas, como a Comunidade do Trilho e os bairros do Pirambu e Moura Brasil (SILVA, 1992, p.49-50).

Em princípios da década de 1930, surgem os “campos de concentração” ou abarracamentos, organizados pelo governo do estado, como forma de exercer o controle social sobre os retirantes. Esses campos estabelecem o papel moral do labor sobre uma população enfraquecida através das frentes de

¹⁶ José de Souza Martins (2000) utiliza a expressão “cultura residual” para delimitar o objeto de sua sociologia do cotidiano na chamada modernidade inacabada. Em suas palavras, “a vida cotidiana não é um resíduo desprezível da realidade social, histórica, política, cultural” brasileira. Ao tratar da cidade, ele circunscreve o meio residual em outro período histórico (o industrial), onde “a sociedade contemporânea distribui espacialmente quem produz e quem consome. Foi o mundo industrial que criou a periferia em todas as partes, que fez da classe trabalhadora uma classe espacialmente residual, relegada aos territórios poluídos e pobres de infraestrutura, de serviços, de bens públicos” (MARTINS, 2000, p.161). A inspiração de Martins para sua teoria dos resíduos vem de Henri Lefebvre (1967). Para Lefebvre, “cada sistema deixa um resíduo, que lhe escapa, e de onde pode partir uma resistência efetiva (prática) (...) Não era, para Marx, o proletariado, um elemento residual da sociedade capitalista, ao mesmo tempo além e fora dela?” (LEFEBVRE, 1967, p.373-374).

trabalho em obras públicas, mantendo-os, assim, distantes da cidade, dos bairros ricos de Jacarecanga e do Centro e, um pouco depois, da Aldeota (RIOS, 2014; NEVES, 2000). De forma simultânea ao afastamento das populações indesejáveis, nas décadas seguintes, as remodelações da cidade, principalmente a partir da hegemonia neoliberal do início do século XXI, abriram espaços para linhas de fortificação que apelam à liberdade e às subjetividades fortificadas como modo de legitimação da cidade.

Não há aqui o interesse em abordar esses aspectos históricos de Fortaleza de maneira exaustiva, mas apenas pontuar o papel dos sistemas de fortificação como uma rede sociotécnica móvel, instável e múltipla que produz a cidade, ontem e hoje. Como registrado desde 2019, é fácil observar nos muros, nas esquinas, nas praças ou nas ruas e avenidas que atravessam os bairros pobres, expressões como: “A gente quer ensino, segurança, liberdade e arte”, “Favela é lugar de paz, de alegria e de crianças”, “Aqueles que o sistema matou a rua contratou”, “Liberdade é um espaço que a gente cria dentro de nós”, “Aprendi com a vida que é preciso viver”, “Dentro dos barraco não se fala só de crime”, “Paz na favela”, “Dimenó vive”, “Tudo posso naquele que me fortalece”, “Vidas em risco”, “Domada não vivo”, “O Senhor é minha força e meu escudo”, “Seja forte e corajoso” e “E conheceréis a verdade e a verdade vos libertará”. Em trama com essa linguagem, o surgimento dos conflitos territoriais entre as chamadas facções criminosas, o aumento do policiamento ostensivo nas ruas, a expansão das câmeras e sistemas de vigilância, a implantação do monitoramento eletrônico de pessoas, o endurecimento penal para jovens e adultos nos sistemas de privação de liberdade na cidade e na região metropolitana.¹⁷

Como expressou uma moradora da Comunidade do Presídio, que se formou ao longo dos anos por trás de uma das muralhas do antigo IPPOO I, em entrevista realizada em outubro de 2022, as técnicas do governo à distância constroem um ator-rede para a gestão dos espaços e vidas residuais:

Foi bom, né, porque tirou aquele muro, que cobria a gente. A gente era invisível ali. A gente morava do outro lado do muro. Aí foi derrubado o muro, foi construído esse Parque e também veio como lazer e em forma de trabalho pra gente que trabalha com comida (...) Antes a gente ficava sufocada. Hoje é mais livre. Acho que a palavra certa é essa, ‘livre’. Estamos mais vistos agora. Graças a Deus!

Ao falar do trabalho como “empreendedora” no Parque Dom Aloísio Lorscheider, que emergiu da demolição do IPPOO I entre 2021 e 2022, a moradora compartilha de um objetivo bastante perseguido pelas gestões da cidade: “Ser empreendedora pra mim é a mesma coisa que ter tirado o muro da nossa frente, é sensação de liberdade, né, de poder trabalhar pra si mesmo e buscar sua liberdade.”

Em vista disso, seria possível, hoje, seguir os rastros de uma linguagem da liberdade como dobras da fortificação nas margens residuais de Fortaleza. As técnicas do governo do forte não desaparecem na Fortaleza contemporânea, mas são permanentemente ativadas por uma pluralidade de atores em trama com as emergentes técnicas do governo dos resíduos. A título de exemplo, veja-se a produção audiovisual *La Casa du'z Vetim* do coletivo cearense Vetinflx, uma paródia da série *La Casa de Papel* e uma derivação da empresa de rede digital por *streaming* Netflix, respectivamente. Na série cearense,

¹⁷ Ao tratar do programa municipal de proteção urbana e de suas Torres de Observação das Células de Proteção Comunitárias (existem atualmente 15 na periferia da cidade, podendo chegar até 30), o ex-vice-prefeito de Fortaleza desejava, em 2019, “a edificação de um cinturão de segurança estratégica formada por 12 torres blindadas que vão monitorar as entradas e saídas da capital, além de bairros onde os índices de violência preocupam.” (TORGAN, 2019, p.72)

composta por quatro episódios, jovens moradores da periferia de Fortaleza (os “Vetin”) são recrutados por um “Fêssor” para bolar um “plano”. Nela, os jovens traficam drogas, portam armas, aplicam golpes financeiros, traços apresentados como poderes que lhe são intrínsecos (seus “corres”), que não causam grandes riscos.

Para Glória Diógenes (2020, p.380), que afirma ter acompanhado as reuniões da produção e analisado o primeiro episódio, a série é feita de “linhas tortas de uma linguagem que gagueja, que se esquivava da gramática oficial e põe a brincar novos diagramas” das juventudes. Para o produtor da série e também ator da Vetinflux, Leo Suricate, que já foi candidato a vereador, na ocasião de uma visita dos atores a um equipamento para jovens que cumprem medidas socioeducativas na cidade, sugere algo que vai além de uma produção que veicula “humor, irreverência e improviso” (DIÓGENES, 2020, p.375). Segundo ele, o objetivo da série é “tirar os ‘Vetin’ da linha de tiro” (CPCV, 2019).

Desde Foucault (2008), é sabida como opera a gestão diferencial dos ilegalismos nas dobras da sociedade capitalista. Miller e Rose (2012) reforçam que o que existe hoje é um novo jeito de demarcar um setor de governo a fim de “governar através da comunidade”, suas “zonas particulares”. Para que isso ocorra, os indivíduos são considerados agentes ativos em seu próprio meio e em seu próprio governo econômico. Todos os “Vetin” da série são influenciadores digitais seguindo uma lógica de incentivo ao empreendedorismo nos bairros pobres de Fortaleza. Nesse sentido, as tramas da fortificação e da liberdade que emergem da produção audiovisual e de suas linhas permitem observar facetas da governamentalização e normalização dos “Vetin”.

Considerações finais: a fortificação governamental da cidade

Nos últimos anos, diante do aumento dos índices de homicídios e da urbanização, uma linguagem bélica surgiu nos meios de comunicação e nas ciências sociais cearenses: “guerra às drogas”, “guerra ao crime”, “guerra de facções”, “guerra sem fim”, “guerra infinita”. No centro dessa guerra, uma cidade presumida. Entrelaçada a essa linguagem, emergiu outro léxico talvez mais apropriado para tratar do campo de problemáticas que compõe uma cidade como Fortaleza desde sempre: força, fortalecer, reforçar, fortificar, enfraquecer, mas também, força-policial, força-tarefa, força tática, forças de segurança, força nacional. Lê-se ainda, linhas de fortificação, arte de fortificar, linhas de defesa, linhas de proteção, arte em cadeia. No centro dessa outra linguagem, uma cidade imaginária, em trama com sua materialidade.

A cidade que renasce de uma genealogia da fortificação contrapõe-se a visão bastante difundida por parte dos jornais e das ciências sociais cearenses sobre uma Fortaleza dos afetos perdidos. Essa Fortaleza remete à “Índia Tabajara” que vê o “guerreiro branco” ir-se das terras alencarianas, imagem mítica que faz referência “a fragilidade que permeia o imaginário de Fortaleza”, e justifica o “desamor das pessoas com a cidade”, provocando o medo e a violência (DIÓGENES, 2016).¹⁸

¹⁸ A inspiração para a formação desse outro imaginário, conforme deixa antever Diógenes (2016), encontra fundamentação na obra *Iracema* de José de Alencar (2001), originalmente publicada em 1865. É com base nessa imagem que ela sugere uma linha de fortificação ainda a ser traçada capaz de se estender pela periferia da cidade: “Toda cidade tem um imaginário masculino ou mais feminino. O imaginário de Fortaleza é feminino, como se fosse uma fêmea, do gênero feminino, e como fêmea é como se fosse passivamente violentada. É uma ideia de que é uma cidade passiva (...) Então tem esse imaginário de fragilidade, de uma cidade que também recebe sopros de indiferença, entende? E aí a gente vai ter todos esses valores juntos

É durante as datas de comemoração do aniversário de Fortaleza que um importante momento é tecido pelos elementos discursivos do dispositivo de gestão de espaços e vidas residuais a compor linhas imaginárias de fortificação. Observe-se, por exemplo, na reportagem “*Fortaleza e fortalezas*”, do jornal *O Povo* de 13 de abril de 2017, como o teor conferido à exclusão e à segregação surge adjetivado.

Em Fortaleza existem diferentes fortalezas. Isso mesmo: empreendimentos gigantescos levantados pelo interesse comercial contrastam com áreas desproporcionalmente simples e vulneráveis. Os empreendimentos milionários, shoppings, ambientes seletos parecem ser uma contradição numa cidade onde grande parte da população não tem condições de acessar tais locais. Fortaleza é um exemplar criterioso do que é a desigualdade social, posto que, se respira desigualdade na capital cearense. É difícil imaginar que a cidade de edifícios esplendorosos à beira mar, é a mesma que possui uma generosa parcela de sua população mantida na margem periférica sem sequer a oferta de serviços básicos por parte do governo municipal (O POVO, 2017).

É assim também que sobressai na chamada do conteúdo do jornal *Diário do Nordeste* de 13 de abril de 2018, “*Fortalezas desse canto*”. As linhas que conectam as partes da cidade (“as fortalezas materializadas em distintas dimensões”), “que cruzam o território”, estão obscurecidas, separadas ou limitadas no seu crescimento, em suas dobras residuais.

Fortaleza tem muitas fortalezas. Talvez seja essa a sina da cidade para manter-se de pé. Viva. Não fosse o vigor das expressivas fortalezas – materializadas em distintas dimensões, a serem apresentadas neste especial – essa outra, que chega aos 292 anos em 13 de abril, padeceria (ainda) mais. Atormentada pela violência, o descuido, a competição, a desvalorização e os interesses privados acima do público. Malefícios que cruzam o território de 314,930 km² e os afrontam. Ainda assim, tais fatores não fazem a cidade sucumbir (NASCIMENTO, 2018).

Mas é nos conteúdos no campo da segurança pública e da violência urbana que a linguagem da guerra, bastante utilizada como chave explicativa, surge revertida na linguagem da fortificação.¹⁹ As linhas de fortificação, que produzem a cidade, são ofuscadas por uma guerra em ato. Assim o faz a matéria do jornal *O Povo* de 27 de janeiro de 2018, “*Chacina expõe Estados paralelos e mostra Fortaleza na iminência de guerra urbana*”.

Este sábado sombrio é a mais evidente demonstração de força até hoje do terror representado pelos *Estados paralelos* que tomaram *as periferias de Fortaleza*. E, também, da *ineficácia do poder público*. A chacina do bairro Cajazeiras é o ponto máximo de uma situação que se arrasta há mais de um ano. Há *pequenos Estados paralelos instaurados. E eles estão se fortalecendo* (...) Ao longo do ano passado, houve notícias de *corpos decapitados, membros decepados, cadáveres incinerados jogados na ruas e terrenos baldios. Lembra o Estado Islâmico. A brutalidade é usada para demonstrar poder* [Grifos meus] (FIRMO, 2018).

que constituem uma cidade que parece que não consegue se defender muito bem. E nós teremos que nos fortalecer em relação a isso, isso precisa ser trabalhado nas escolas, nas gestões públicas, nas associações de bairros.”

¹⁹ Cf. Bedinelle (2018).

Não muito diferente é a entrevista concedida pela socióloga Jânia Perla (2019) para a reportagem “*A racionalidade armada da Guardiões do Estado - GDE e a guerra das facções em Fortaleza*”, sobre o surgimento da primeira facção criminosa do Estado do Ceará, responsável, segundo a autora, por elevar o “terror” que particulariza a presença desses grupos armados nas periferias e por empreender uma “guerra anticolonial”.

A GDE, que emerge de modo muito semelhante às gangues que atuam na periferia de Fortaleza desde os anos 80, compreende a *guerra* como parte da dinâmica. Suas lideranças são vistas como pessoas valentes, jovens são vistos como *fortes*, como alguém que mata e morre. Essa guerra *incessante* é característica da GDE e tinha se generalizado para as outras facções que atuam na cidade de Fortaleza (...) Uma parte das pessoas com quem conversei se coloca como uma espécie de movimento anticolonialista em relação ao domínio das facções externas. O próprio nome Guardiões do Estado é no sentido de ser guardião de uma dinâmica local, que estaria ameaçada por causa da atuação das facções do Sudeste [Grifos do autor] (PERLA, 2019).²⁰

A brutalidade da facção cearense encontra explicação, na verdade, no fato da GDE se opor às cobranças e hierarquias e às restrições à liberdade criminal, impostas pela facção paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) presente também nos bairros pobres de Fortaleza (O POVO, 2020).

Achille Mbembe (2021) tem sugerido, como hipótese, que entramos em um período marcado pelo brutalismo, termo que busca dar conta de uma trama tecnopolítica de fusão de resíduos e corpos para a geração de nova energia que o capitalismo necessita. São processos que tentam dar forma, valendo-se do uso da força física, a elementos de toda ordem. Para Mbembe, “é no ponto em que a imaterialidade, a corporeidade e os materiais se encontram que deve se situar o brutalismo” (MBEMBE, 2021, p.11-12).

A questão que se coloca nestas considerações finais a partir de Fortaleza é: já não seria esse o caso da *fortificação governamental da cidade*, que envolve o *meio residual* ao longo de linhas, conectando resíduos materiais, corpóreos e subjetivos nas margens urbanas, cujas técnicas de governo precisam ser seguidas?

Ao retomar o sentido dado aos resíduos pelo pensamento social brasileiro (espaços e lugares da pobreza e da exclusão), analisou-se o modo como o *meio residual* emergiu em Fortaleza, nos últimos anos, não mais relacionado às políticas voltadas para o semiárido ou ao turismo, mas agora associado à governamentalização do Estado, a partir de um campo de problemáticas típico das cidades residuais contemporâneas (DAVIS, 2015), conectando política, economia e meio-ambiente (COLLIER, LAKOFF, 2008).

Reporta-se a uma série de questões heterogêneas que precisam ser exploradas em outro lugar, mas já aqui mapeadas e que vêm se impondo aos governos da cidade, a partir dos espaços e vidas residuais, a saber: aumento dos índices de homicídios e da urbanização; crescimento econômico e populacional e das populações em situação de rua e desempregadas, das chamadas facções criminosas no sistema prisional e nas periferias; expansão dos sistemas de privação de liberdade para jovens e adultos; emergência das questões ambientais; intervenções urbanísticas em espaços degradados e de circulação de pessoas e mercadorias; políticas de segurança pública, assistência social, incentivo ao

²⁰ Em perspectiva semelhante, ver Paiva (2019).

empreendedorismo em bairros carentes; e crescimento das médias e grandes empresas na região metropolitana.

Considerada a partir da gestão do *meio residual*, a fortificação é um modo de governo nas margens urbanas de Fortaleza, uma técnica ou um conjunto de técnicas políticas do nosso tempo que se dirige às coisas, aos territórios, às vidas, aos resíduos (LEMKE, 2021). Fortificação e cidade reaparecem, assim, dobradas nas ações de fortificação, no entrelaçamento de forças e resíduos a traçar linhas de defesa, proteção e segurança onde um imaginário particular encontra uma rica fonte para sua produção, pois, como lembra Sandra Pesavento (2002, p.9), “as representações da cidade tendem a assumir uma forma metafórica de expressão, com apelo a palavras e coisas que, associadas ao conceito de cidade, lhe atribuem um outro sentido.”

Referências

- ALENCAR, José. Iracema. Fortaleza: ABC, 2001.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 2ª. ed. Recife: Cortez, 2001.
- AZEVEDO, Otacílio de. Fortaleza descalça; reminiscências. 2ª. ed. Fortaleza: UFC, 1992.
- ARAGÃO, Antonio Caetano Teixeira Paz. Arquitetura do medo em Fortaleza. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.
- BARREIRA, Dolor. História da literatura cearense. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1948.
- BECK, Matias. Diário da expedição de Matias Beck ao Ceará em 1649. Fortaleza: Minerva, 1903.
- BEDINELLI, Talita. Fortaleza sitiada, El país, 26 de março de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521569179_197468.html. Acesso em: 12 abr 2021.
- BEZERRA DE MENEZES, Antonio. Descrição da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 1992.
- BICALHO, Maria Fernanda. A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BORGES, Messias. Geografia do crime: áreas de Fortaleza com piores IDHs concentram maior número de homicídios em 2020, Diário do Nordeste, 11 de março de 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/geografia-do-crime-areas-de-fortaleza-com-piores-idhs-concentram-maior-numero-de-homicidios-em-2020-1.3057840>. Acesso em: 20 abr 2022.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRAUN, Bruce P. A new urban dispositif? Governing life in an age of climate change. Environment and planning D: Society and Space, 2014, volume 32, pages 49-64.
- BRAUDEL. Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRESCIANI, Maria Stella (Org). Palavras da cidade. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- BRÍGIDO, João. A Fortaleza em 1810 - crônicas. Fortaleza: Edições UFC, 1979.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira - mestres de ofício, “riscos” e “traças”, Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.20, n.1, p.321-361, jan-jun 2012.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania. São Paulo: Ed. 34, 2003.

- CALLON, Michel. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. O papel das redes sociotécnicas. In: PARENTE, André (Org). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*, 2013, p.64-79.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- CASTIANO, J. P. A “liberdade” do neoliberalismo: leituras críticas. Maputo: Educar, 2018.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, José Liberal de. Bicentenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção: o caso singular de uma obra de arquitetura militar com função simbólica. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano 126, p.9-72, 2012.
- COLLIER, Stephen; LAKOFF, Andrew. The vulnerability of vital systems In: CAVELTY, Myriam Dunn; KRISTENSEN, Kristian. *Securing “the homeland”: critical infrastructure, risk and (in)security*. London: Routledge, 2008.
- CPCV (Comitê de Prevenção e Combate à Violência), *Cada Vida Importa*, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/news/2a-semana-cada-vida-importa-amplia-o-tema-da-prevencao-de-homicidios-em-programacao-cultural-diversa/>. Acesso em: 27 jul 2022.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Rede urbana colonial cearense: uma crítica à noção de rede dentrificada*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Typ. Studart, 2006.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: SAR PRESS, 2004.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- DELEUZE, Gilles. *O que é a filosofia?* 3ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2020.
- DIÓGENES, Glória. *Cidade, arte e criação social: novos diagramas de culturas juvenis da periferia*. Estudos avançados, 34 (99), 2020.
- DIÓGENES, Glória. Fortaleza, uma cidade em busca dos afetos perdidos, *O Povo*, 11 de abril de 2016. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2016/04/11/noticiasjornalpaginasazuis,3600967/fortaleza-uma-cidade-em-busca-dos-afetos-perdidos.shtml#:~:text=Amar%20Fortaleza%20passa%20por%20reconhecer,da%20antrop%C3%B3loga%20urbana%20Gloria%20Di%C3%B3genes>. Acesso em: 03 fev 2020.
- DURANT, Gilbert. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização (Volume 2)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. *American Ethnologist* 29(4): 981-1002, 2002.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5ª. ed. São Paulo: Globo, 2008.

- FIRMO, Eric. Chacina expõe Estados paralelos e mostra Fortaleza na iminência de guerra urbana, O Povo, 27 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/01/estados-paralelos-e-fortaleza-a-beira-da-guerra.html>. Acesso em: 18 ago 2021.
- FORTUNA, Carlos. Cidades e urbanidades. Florianópolis: Editora Insular, 2020.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREITAG, Barbara. Teorias da cidade. Campinas-SP: Papyrus, 2006.
- FREITAG, Barbara. Cidade dos homens. Rio de Janeiro: 2002.
- FREYRE, Gilberto. O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Recife: Editora Realizações, 2010.
- G1, População em Fortaleza (CE) é de 2.428.678 pessoas, aponta IBGE. G1, 28 de junho de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/06/28/populacao-em-fortaleza-ce-e-de-2428678-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 10 out 2023.
- G1, Fortaleza tem o maior PIB do Nordeste, e oitavo entre as capitais do Brasil, diz IBGE. G1, 26 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/12/26/fortaleza-tem-o-maior-pib-do-nordeste-e-oitavo-entre-as-capitais-do-brasil-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 10 mar 2023.
- GIDDENS, Anthony. O Estado-nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: EDUSP, 2008.
- GIRÃO, Raimundo. Geografia estética de Fortaleza. 2ª. ed. Fortaleza: BNB, 1979.
- GIRÃO, Raimundo. Matias Beck: fundador de Fortaleza. Fortaleza: Instituto do Ceará (Coleção História e Cultura), 1961.
- GRAHAM, Stephen. Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- INGOLD, Tim. Linhas: uma breve história. Petrópolis-RJ: Vozes, 2022.
- INGOLD, Tim. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.
- ISTO É, Começa a linha dura contra o crime, 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/comeca-a-linha-dura-contra-o-crime/>. Acesso em: 22 jan 2022.
- JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10ª. ed. São Paulo: Ática, 2014.
- JUCÁ NETO, Ramiro. Mobilidade e interconexões oceânicas: o engenheiro militar e o artífice entre a Capitania do Ceará e o reino de Portugal. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova série, vol.29, 2021, p.1-95.

- JUCÁ NETO, Ramiro. Sobre a pouca importância do Ceará no movimento expansionista português em direção à América Espanhola, *Trajeto – Revista de História da UFC*, v.5, n.9/10, 2007. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_01dfb597b8514676a0d13215e2bad55d. Acesso em: 10 out 2022.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 12^a. ed. Rio- São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador: Edufba, 2012.
- LAW, John. Notes on the theory of the actor-network: ordering, strategy and heterogeneity. *Systems Practice*, 5(4): 379-93, 1992. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01059830>. Acesso em: 12 mar 2023.
- LEFEBVRE, Henri. *Metafilosofia: prolegômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LEITE, Márcia. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Rev. bras. segur. pública*, São Paulo, v 6, n 2, 374-389, Ago/Set 2012.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.
- LEMKE, Thomas. *The government of things: Foucault and the new materialism*. New York: NYU Press, 2021.
- LOBO, Francisco Sousa. O fim de uma era. In *História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989.
- MACIEL, Wellington R. N. O urbano nas margens do campo: por uma sociologia dos espaços e vidas residuais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Portugal, 131, setembro 2023: 25-50.
- MAGALHÃES, Alexandre. A guerra como modo de governo em favelas no Rio de Janeiro, *RBCS*, vol.36, nº 106/2021.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MBEMBE, Achille. *Brutalismo*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.
- MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.
- MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. *Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal*. São Paulo: Paulus, 2012.
- MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre, v.8, n.3, p.371-385, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4865>. Acesso em: 25 de fev 2022.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NASCIMENTO, Tatyana. *Fortalezas desse canto*, 10 mar 2018. Disponível em: <https://hotsite.diariodonordeste.com.br/especiais/fortalezas-desse-canto/>. Acesso em: 12 de agosto de 2022.

NETO, Felipe. Muito além dos muros do forte. Fortaleza: Premium, 2010.

NEVES, Frederico. A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

O Povo, Guerra sem fim (documentário), Fortaleza, 18 de março de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=KQDn0G6e_qI. Acesso em: 05 set 2023.

O Povo, Fortaleza e fortalezas, 13 de abril de 2017. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/jornaldoleitor/noticiassecundarias/artigos/2017/04/13/noticiajornaldo leitorartigos,3680533/fortaleza-e-fortalezas.shtml>. Acesso em: 10 mai 2020.

PAIVA, Luís Fábio S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. Caderno CRH, Salvador, v. 32, v. 85, p.165-184, jan/abr 2019.

PERLA, Jânia. A racionalidade armada da Guardiões do Estado – GDE e a guerra das facções em Fortaleza, Instituto Humanitas Unisinos, 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/592139-a-racionalidade-armada-da-gde-e-a-guerra-das-faccoes-em-fortaleza-entrevista-especial-com-jania-aquino>. Acesso em: 13 abr. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social. 3ª. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PRADO JR. Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIROZ, Raquel. O quinze. 119 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2023.

RIOS, Kênia Sousa. Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ROSSA, Walter. A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Almedina, 2002.

RUSSEL-WOOD, Anthony J. R. O Império Português: 1415-1808: o mundo em movimento. Lisboa: Clube do Autor, 2017.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2020.

SILVA, José Borzacchiello da. Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais. Fortaleza: Multigral Editora, 1992.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. Fortaleza: imagens da cidade. 2 ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2004.

SIMONDON, Gilbert. Do modo de existência dos objetos técnicos. Rio de Janeiro: Contratempo, 2020.

SIMONINI, Eduardo. Linhas, tramas, cartografias e dobras: uma outra geografia nos cotidianos das pesquisas In: GUEDES, Adriane Ogêda; RIBEIRO, Tiago (Org). Pesquisa, alteridade e experiência – metodologias minúsculas. São Paulo: Ayvu Editora, 2019, p.73-92.

STUDART, Barão de. Datas e factos para a história do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

STUDART FILHO, Carlos. As fortificações do Ceará. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v.43-44, p.49-94, 1929-30.

TEÓFILO, Rodolfo. A fome: cenas da seca do Ceará. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella et ali (Orgs). A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

TORGAN, Moroni Bing. Programa Municipal de Proteção Urbana. BRANDÃO, Cláudio N. C. (Org). Políticas públicas inovadoras para cidades e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Fortaleza: Edições UFC, 2019, p.69-73.

VIRILIO, Paul. Velocidade e política. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

VIRILIO, Paul. A guerra pura: a militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.